

A realidade psíquica, o sonho, a sessão.

Decio Gurfinkel

O caminho do sonho (e o capítulo VII da
“Interpretação dos Sonhos”) como paradigma para compreender
a realidade psíquica, tanto na teoria como na clínica.

*Agradeço aos colegas que, através de uma leitura crítica,
colaboraram com este artigo, especialmente Janete Frochtengarten e
Renato Mezan.*

A noção de realidade psíquica, expressão utilizada por Freud, tem uma importância e significação no campo da psicanálise que abrange diversos vetores; além da delimitação do campo de investigação próprio da psicanálise, ela permeia a construção de uma metodologia peculiar e ainda de uma teoria sobre o psíquico. Mas qual é o estatuto que a realidade psíquica assume na teoria freudiana? E quais são as suas implicações para a metodologia, e mais especificamente na clínica psicanalítica?

Freud termina a obra dos sonhos propondo a dualidade realidade psíquica/realidade material; isto se dá ao cabo de um longo processo de elaboração que buscava ampliar as descobertas do estudo do sonho no sentido de construir hipóteses mais gerais sobre o funcionamento psíquico — uma metapsicologia — sistematizando um modelo de aparelho psíquico, as noções de inconscien-

te/consciente e processos primário e secundário (refiro-me aqui ao capítulo VII da “Interpretação dos Sonhos”) (1). Julgo, pois, que esta dualidade representa um momento privilegiado deste esforço de construção de uma metapsicologia, e, neste sentido, o capítulo VII deve ser um referencial fundamental para entendermos o problema: adotei o caminho do sonho como paradigma para compreender a realidade psíquica, tanto na teoria como na clínica.

A dualidade realidade psíquica/realidade material pode ser associada à dualidade desejo/necessidade; se o desejo revela a essência do enigma do sonho, é ele também que instaura a realidade psíquica no ser

Decio Gurfinkel — psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

humano. A partir da proposição de um aparelho mental primitivo, Freud distingue a necessidade — que encontra a satisfação pela ação específica — do desejo — que busca realização pela repetição de percepções ligadas aos traços mnêmicos; podemos pensar que o desejo instaura a vida psíquica ao torná-la independente, descolada da necessidade e da realidade material. Nesta relação de engendramento/descolamento não podemos deixar de ver a intrincada e perturbadora noção de apoio; quero aqui propor que a realidade psíquica se apóie sobre a realidade material. Da mesma maneira, podemos supor que a pulsão sexual com a vitalidade própria de sua marca de contingência ao objeto — sua propriedade de deslizamento contínuo — pode também ser tomada como um paradigma de instauração do psíquico. A referência ao apoio nos alerta quanto ao fato de que a dualidade psíquico/material não deve ser tomada como uma simples e linear dicotomia de opostos; devemos falar de uma relação de imbricação dialética, pois que a realidade psíquica no seu estado puro seria algo assim como a alma sem corpo.

A dualidade psíquico/material pode ser referida também à dualidade ficção/acontecimento. Se a teoria da sedução propunha que a etiologia do sintoma neurótico é encontrada em um acontecimento traumático infantil, sabemos o quanto o desenvolvimento da psicanálise modificou esta concepção inicial. As experiências são sempre interpretadas e decodificadas através das lentes da vida pulsional, sendo significadas e resignificadas de acordo com sua inscrição nas cadeias associativas, a ponto de não podermos mais distinguir o que foi vivido do que foi imaginado. Freud propõe, ao tratar das lembranças encobridoras em 1899, que toda a memória é formada segundo leis que estão muito distantes de terem um propósito de fidelidade histórica (2). Em 21 de setembro de 1897, na carta a Fliess onde confessa o seu “grande segredo” — “já não acredito em minhas neuróticas” —, Freud afirma que no inconsciente não existe “índice de realidade”, portanto “é impossível distinguir a verdade de uma ficção

investida de afeto” (3). Por outro lado, seria simplista dizer que as experiências na história do indivíduo não importam de maneira alguma; a vida de fantasia está também, por sua vez, apoiada nos acontecimentos. O que parece acertado afirmar, seguindo Laplanche e Pontalis, é que “o tratamento psicanalítico se fundamenta no pressuposto segundo o qual os sintomas neuróticos se baseiam pelo menos em uma realidade psíquica” (4), e é para aí que se dirige a escuta. Este é o seu objeto de investigação, tanto da psicaná-

A constituição
do saber psicanalítico
com seu objeto
correlato se dá de
forma paralela
à construção
de uma metodologia
particular.

lise como forma de conhecimento como o do analista com seu paciente.

Laplanche e Pontalis, em seu trabalho “Fantasía originaria, fantasías de los orígenes, origen de la fantasía”, dedicam-se a tratar destes problemas. Para eles, a teoria da sedução pode ser entendida como um mito, mito da origem da sexualidade por introjeção do desejo que pressupõe a ficção de um sujeito anterior ao sujeito; de maneira análoga, a descrição de Freud da primeira experiência alucinatória do aparelho mental primitivo é como um mito de origem da emergência do desejo a partir da necessidade, do desdobramento da fome e da sexualidade em um ponto de origem. Este ponto marca o tempo onde a pul-

são se transforma em auto-erótica com a perda do objeto, e é o tempo mesmo da irrupção da fantasia. A fantasia, ponte privilegiada de passagem entre os sistemas inconsciente e consciente, adquire na obra de Freud — a partir de 1897 — o “estatuto de objeto específico da psicanálise” enquanto realidade psíquica (5^a).

A noção de fantasia representa um salto qualitativo que recoloca o problema da ficção/acontecimento; não se trata mais de verificar o caráter de “verdade” da fantasia ou da lembrança, mas sim de compreender a lógica e estrutura deste mundo fantasmático, o campo da realidade psíquica. Da mesma maneira, apreender a relação entre as realidades material e psíquica em termos de apoio representa uma tentativa de repensar algumas alternativas teóricas — necessidade/desejo, auto-conservação/sexualidade, ficção/acontecimento, infantil/atual, interno/externo — de maneira a não torná-las estereotipadas e reducionistas.

Mas que realidade é esta para a qual a psicanálise se dirige?

“O inconsciente é o psíquico verdadeiramente real: sua natureza nos é tão desconhecida como a realidade do mundo exterior, e nos é dado pelo testemunho de nossa consciência tão incompletamente como o mundo exterior pelos nossos órgãos sensoriais” (1^a).

A revolução freudiana que reinscreve a consciência no círculo mais amplo do inconsciente engendra um novo objeto de investigação e um novo saber. Falar de realidade psíquica em Freud é mais do que falar de mundo psicológico ou psicologia; trata-se agora do psiquismo referido ao inconsciente constituído em uma relação de apoio/descolamento da realidade material e, portanto, falamos em psicanálise. Tenho como pressuposto deste trabalho que a constituição deste saber com seu objeto correlato se dá de forma paralela à construção de uma metodologia particular, e que este paralelismo não significa uma autonomia de desenvolvimento destas duas linhas, mas, muito ao contrário, uma profunda relação de sobre-determinação entre o saber e o método. Quero aqui discutir algumas

implicações da realidade psíquica para o método psicanalítico, e mais especificamente para a clínica e sua técnica. O sonho, além de ter sido historicamente a prova da existência desta realidade, tem se tornado o paradigma do psíquico — talvez exatamente pelo afastamento da realidade material no estado de repouso — e a via régia do estudo do inconsciente; é esta via que adoto para entender o processo analítico.

Fédida lembra que, para Freud, o sonho é o paradigma teórico da técnica analítica (6^a); sugere, ainda, que façamos esta “leitura clínica e técnica dos textos metapsicológicos”, em especial do capítulo VII: “Essa ficção do aparelho psíquico e seu funcionamento normal, mesmo ideal, numa leitura precisa, se transforma para o clínico num texto que fala à nossa prática e ao qual podemos referenciar nossas dificuldades técnicas” (6b). É este caminho que procuro percorrer neste trabalho, buscando na psicologia dos processos oníricos algumas pistas para iluminar o sentido da clínica psicanalítica; ao mesmo tempo, mostrou-se surpreendentemente frutífero confrontar estas “pistas” com as proposições de Freud quanto à prática clínica nos chamados “textos técnicos”. Da leitura clínica do capítulo VII nasceu a idéia do sonho como metáfora da sessão psicanalítica; a realidade psíquica, por sua vez, mostrou-se um elemento fundamental de articulação desta metáfora.

Freud afirmou, em 1914, que o objetivo do tratamento analítico é a evocação da recordação, ou seja, a reprodução no terreno do psíquico, e que a função do analista é lutar para manter neste terreno o que tenderia a derivar-se para a motilidade (7). Podemos supor — e esta é a minha tese central — que a situação analítica procura configurar-se como um campo onde o fenômeno que nele se produz — a sessão — mantenha uma analogia com o fenômeno onírico. O enquadre da sessão delimita um campo de forças para a investigação da realidade psíquica e, segundo proposição de Gilliéron, possui uma função tópica e uma função dinâmica. Em sua função tópica determina um conjunto de parâmetros espaço-temporais fixos, e com sua função dinâmica ins-

titui alguma regras de interação originais que têm como efeito criar um campo de “desordem cultural” pela suspensão de certos tabus e instituição de outros (8).

Como o enquadre analítico busca produzir as condições de instauração deste “terreno do psíquico”, este fenômeno onírico?

Do ponto de vista da função tópica, o enquadre procura reproduzir na sessão condições análogas às da produção do sonho. Freud propõe que para a produção do sonho é necessário que haja a regressão ao pólo perceptivo do aparelho psíquico e a transferência de desejos in-

O divã tem uma função de inibição e adormecimento que, complementada pelo não olhar, dirige a percepção para os estímulos psíquicos.

conscientes aos restos diurnos. A regressão se torna possível por um “afastamento do mundo exterior” que interrompe o fluxo progressivo que vai do pólo perceptivo ao motor, o que no sonho é garantido pelo estado de repouso ou adormecimento (1b). Podemos entender o “afastamento do mundo exterior” como afastamento da realidade material; e, efetivamente, isso se busca na análise. Penso que a estratégia é manter os dados “materiais” tão fixos e regulares que eles passem a não existir, ou, mais exatamente, existir apenas como uma moldura; alguns preferem expressar esta idéia dizendo que, durante a sessão, colocamos a realidade entre parênteses. Assim, a disposição fixa dos móveis, do local, dos lugares de cada

um, dos honorários (será isto possível nos dias de hoje?); a regularidade das sessões, do pagamento: como um conta-gotas que vai pingando ou como um ruído constante ao qual nos acostumamos quando adormecemos. Ou ainda como um pêndulo regular — e este é o protótipo da hipnose! Podemos supor, a posteriori, que a técnica pré-psicanalítica da hipnose buscava um estado onírico. O divã, o grande emblema da psicanálise, provoca uma imobilização — inibição do polo motor — e tem uma função de adormecimento que complementada pelo não olhar dirige a percepção para os estímulos psíquicos em detrimento dos sensoriais, em um processo regressivo no interior do aparelho psíquico.

A tentativa de pensar sobre a função do enquadre em psicanálise — assim como sobre o que se passa na relação analista/analizando — ganha relevância ao nos depararmos com a questão dos ideais instituídos. Silvia L. Alonso nos adverte de como a instituição psicanalítica pode passar a ocupar o lugar do Eu ideal narcísico, “pervertendo-se a relação do analista com sua prática” (9); neste sentido, o enquadre pode funcionar como emblema de identidade através de uma identificação alienante com um ideal instituído, onde a essência de enigma da clínica e a singularidade do outro ficam excluídos. O divã parece ser a expressão máxima deste emblema. O enquadre toma a forma de um ritual e ao mesmo tempo de uma promessa de salvação: sigam-me e encontrarão a luz, façam assim e encontrarão a verdade. O esforço de pensar sobre, significar e pôr em palavras aquilo que fazemos, para além de um exercício intelectual de metapsicologia, inscreve-se na busca da desalienação do fazer por atuação. Fédida diz que a prática analítica se sustenta em uma “atividade de pensamento metapsicológico” (ou uma liberdade de fantasiar metapsicologicamente, segundo Freud); retomando Ferenczi, sugere ainda que o tratamento pelo psíquico supõe que o analista “pense com certezas inquietas” e que não tome a teoria como uma “prótese de pensamento” (10). A teoria, assim como a técnica, pode também servir de emblema/escudo; daí a im-

portância de metapsicologia e técnica andarem juntas.

Assim, um paralelo entre o sonho e a sessão tem efeitos fecundos. A regressão no interior do aparelho psíquico descrita por Freud no capítulo VII não guardará semelhanças com a regressão no processo analítico? A transferência de intensidades do desejo inconsciente ao resto diurno do sonho — Freud usa aqui a palavra transferência! — é bastante sugestiva: os restos diurnos na análise são as pequenas ocorrências do dia-a-dia que o analisando relata, as ocorrências da própria sessão, ou seja, todas as manifestações que compõem a sessão como uma colagem.

A função dinâmica do enquadre, ou seja, a nova ordem social de interações, parece também querer reproduzir um fenômeno onírico e garantir a manutenção do “terreno psíquico”. Refiro-me à regra fundamental e à regra da abstinência.

A ocorrência espontânea da atividade associativa faz com que, ao longo do processo, a sessão vá se constituindo como um sonho, onde seus elementos não mantêm entre si uma coerência lógica do ponto de vista do registro consciente, mas revelam uma outra lógica. A crítica e o esforço de ordenação da fala não podem, obviamente, ser suprimidos por completo — mesmo porque o acesso ao inconsciente não se dá de forma imediata —, e permanecem da mesma maneira que a elaboração secundária do sonho; cabe ao trabalho interpretativo realizar o percurso no sentido inverso da elaboração onírica. Laplanche e Pontalis, ao referirem-se à regra fundamental, afirmam uma homologia do campo analítico com o campo do inconsciente, homologia que tem sua base sobre “o parentesco profundo entre o inconsciente e o campo da palavra” (5b); esta mesma homologia pode também ser estendida ao sonho.

Mas, para que a atividade associativa do analisando possa cumprir sua função na situação analítica, ela deve ter a sua contrapartida do lado do analista.

Ora, uma vez que o analisando abdicou de sua seleção voluntária para que do discurso manifesto possa emergir o latente, se o analista in-

terpõe aí a sua própria censura crítica, todo o trabalho se põe a perder. Para que a malha do acontecer analítico se constitua como um sonho, é necessária uma atitude especial de ambos os lados. É do lado do analista que se constitui uma escuta analítica, que se opõe, no entanto, a uma “escuta sintética”. Refiro-me aqui à advertência de Freud, em 1918, contra uma “psicossíntese”, quando afirmou que a função do analista é criar condições para que o analisando faça a sua própria síntese (11); o analista deve recusar-se a ocupar o lugar do ideal do eu do analisando, o que colocaria este úl-

Para que a atividade associativa possa cumprir sua função na situação analítica, ela deve ter sua contrapartida do lado do analista.

timo em uma posição de submissa alienação em relação a si mesmo. Esta advertência é importante, pois, como desenvolverei mais adiante, aponta para a diferença entre a escuta analítica e a atitude própria da técnica hipnótica; se a atenção flutuante introduz o inconsciente do analista no campo do tratamento, é o analítico da escuta — com sua neutralidade — que afasta o analista da sugestão e o tratamento de uma “psicossíntese”.

A atenção flutuante recoloca a questão do inconsciente agora do lado do analista. Pois este deverá utilizar-se de seu próprio inconsciente como instrumento: órgão receptor. Este é um aspecto bastante complicado, pois que no seu trabalho ele deverá lançar mão também

e fundamentalmente — como condição necessária, mas não suficiente — de seu próprio funcionamento primário.

Para se fazer uma omelete, é necessário quebrar os ovos. Assim adverte Freud, de forma bem-humorada, sobre a imprescindibilidade de se cumprir a associação livre (12). Nada pode ser suprimido ou deixado de lado, nem mesmo e principalmente o mais desagradável. E, porque não, o mesmo se coloca para o analista quanto à sua escuta. Como poderá ele analisar sem passar por seu inconsciente? Deverá necessariamente quebrar a sua própria casca. A atenção flutuante fecha um circuito de sonho a dois, mesmo porque parece improvável compreender um sonho sem sonhá-lo junto (na verdade, o analista não só compreende externamente, mas é convidado, ou ainda, impelido a co-participar como figurante de uma epopéia particular).

A regra fundamental, então, desmembra-se em duas — atividade associativa e atenção flutuante — e trata-se ao mesmo tempo de uma só, pois ela fala de uma atitude fundamental de comunicação inter-inconscientes que constitui o alicerce do terreno psíquico. Mas esta atitude, apesar de condição de trabalho, não é estática: ela é principalmente fruto do trabalho e de uma relação de intimidade, e neste sentido é expressão mesma do processo. É ao longo da análise que este tipo de comunicação vai se construindo em um processo de adormecimento ou onirificação com o passar do tempo, através de destruições e reconstruções sucessivas. Fédida aborda o problema de maneira semelhante, pelo menos no que se refere a esta dinâmica de destruições e reconstruções. Propõe que a situação analítica nunca é definitivamente instalada, tendo que ser continuamente garantida ou reinstalada; se, como sugeri, afirma que a instauração da situação psicanalítica se dá pelo enquadre — no sentido tóxico — e pelo equilíbrio entre atenção flutuante e associações livres, acrescenta ainda que a atenção do analista comporta uma “atividade interna de fala associativa” e o analisando, por sua vez, está constantemente “imerso numa atenção no

decorrer de suas associações” (6c). A situação analítica está seguidamente sujeita a “desequilíbrios” e rupturas — ou, na linguagem do sonho, aos súbitos despertares do sonho de angústia — que solicitam a re-instauração do equilíbrio. A observação de Fédida quanto a associação do analista e à atenção do analisando é importante, pois ressalta o fato de não se tratar de uma divisão rígida de papéis; da mesma maneira, a articulação entre os funcionamentos primário e secundário na sessão não se dá enquanto uma divisão de papéis da dupla, mas sim enquanto tempos do processo que se sucedem em um contínuo de rupturas e re-instaurações.

Seguindo esta metáfora do sonho, eu diria que a regra fundamental enquanto meio especial de pesquisa do inconsciente funciona como um guia, uma bússola para buscar-se no escuro — o “indestrutível e indomável existente na alma humana” (1c) — algo que não se sabe o que é, e neste sentido caracteriza uma metodologia própria de investigação da realidade psíquica que leva em conta a sua natureza particular.

Se é a regra fundamental que provoca o jorro onírico no processo analítico, é a abstinência que procura garantir a permanência no terreno psíquico — abstinência referida à transferência — como guardiã do sono. Ela garante a liberdade de movimento nesta realidade: o repouso da realidade material.

A semelhança entre a transferência e o sonho é notável. Aquilo que se atualiza sobre o analista é o desejo inconsciente, como no sonho; a vivência de atualidade acentuada guarda o mesmo caráter alucinatório; e, em ambos os casos, o desejo aparece disfarçado. O disfarce, na transferência, está na atualização que encobre a recordação, em uma espécie de deslocamento do objeto no tempo e no espaço.

A compreensão da referência à pessoa do analista, sob uma certa ótica, como um resto diurno, das manifestações transferenciais como fachada de um sonho a ser decifrado, implica em um salto qualitativo ao mesmo tempo que em uma dolorosa renúncia narcísica da dupla.

A abstinência é dolorosa para ambos os lados; o analisando deve acei-

tar a passagem do material ao psíquico (13a); o analista deve saber suportar que não é a ele que o analisando deseja (13b). Freud destaca como os elementos que compõem os restos diurnos do sonho caracterizam-se por serem “recentes” e emocionalmente “indiferentes” (1d); da mesma maneira, o analista é o resto diurno atual e “indiferente” — indiferente na medida em que, do ponto de vista de sua raiz inconsciente e infantil, não é a ele que o desejo se dirige —, é o “capitalista” ao qual o “empresário” empresta e investe sua energia/capital, ou usando uma imagem do candomblé, é o “cava-

A situação analítica está sujeita a “desequilíbrios” e rupturas que solicitam a reinstauração do equilíbrio.

lo” na qual o Santo baixa, o corpo que é possuído por um espírito ancestral que veicula experiências arcaicas recalçadas. Aqui coloca-se o problema da contratransferência e do destino que o analista dá a seu próprio desejo na relação. De qualquer forma, é a abstinência que protegerá a relação transferencial da passagem ao ato, permitindo ao analisando — como aponta Freud — comunicar todas as fantasias de seu desejo sexual e de seu enamoramento, que conduzirão aos fundamentos infantis do seu amor (13c). É como se na abstinência estivesse veiculada a mensagem: “não se preocupe, continue dormindo; não é nada mais do que um sonho”**.

Este enfoque da sessão à luz do sonho levanta uma série de proble-

mas e exige novos desenvolvimentos. Entre estes, podemos destacar: como lidar com os aspectos da realidade material durante o processo analítico? Se por um lado eles devem ser lidos como restos diurnos, não se pode ignorar o fato de que têm uma incidência material na relação que deve ser considerada; aqui incluem-se as questões de como lidar com o pagamento, com os problemas de horário e frequência das sessões, enfim, todos os aspectos da realidade social que atravessam a situação analítica para além das vicissitudes do desejo do analisando. Outro ponto crucial é: qual é o lugar da interpretação na sessão/sonho, ou, dito de outra forma, como se articulam o tempo de sonhar — que é um processo a dois — e o tempo de interpretar — que acredito ser também uma função da dupla — na análise? Estou pensando aqui na relação entre os processos primário e secundário na sessão. Freud nos fala do trabalho do sonho descrevendo níveis que vão do desejo inconsciente até o pré-consciente, com a posterior elaboração secundária, mas não deixa de afirmar uma comunicação profunda entre o núcleo e a fachada do sonho. Da mesma maneira a fantasia — apontam Laplanche e Pontalis — opera em níveis que vão da fantasia inconsciente até o devaneio (sonhar acordado), mas também sua unidade de conjunto (5c). Encontramos na sessão também estes diversos níveis: a atuação direta das fantasias na relação transferencial (sem nenhuma consciência do que se passa); o momento da abstinência, (que, se não implica na compreensão do atuado, ao menos abre espaço para tanto através da tensão por ela gerada, pois, como sugere Fédida, o analista escuta com a angústia) (6d); a possibilidade de compreensão por parte do analista, a formulação da interpretação — e o seu timing; o tempo da elaboração do analisando, lançando mão de seu próprio funcionamento secundário. A questão a ser explorada é de como se dá a articulação destes diversos níveis — ou diversos tempos — no processo analítico, como se dá a comunicação mais profunda entre a fachada e o núcleo da sessão, enfim, como se dá o “trabalho da sessão”; isto deman-

daria um novo capítulo VI. Freud adverte-nos contra a interpretação selvagem de suas concepções sobre a psicologia onírica que entende o conteúdo latente como a essência do sonho e o manifesto como aquele que deve ser decifrado e eliminado, por ser enganoso (1f); na mesma linha, deveríamos dar mais atenção e importância aos processos de elaboração na análise.

Sem poder desenvolver estes problemas neste momento, gostaria apenas de levantar aqui uma última questão diretamente ligada com a relação entre sonho e interpretação. Trata-se da relação entre transferência e hipnose. Ressaltei como a situação analítica tende a se constituir como um sonho; penso porém que este é apenas um dos aspectos do processo analítico, e que o modelo do sonho é incompleto e parcial para esclarecer o problema. Naturalmente, ao tomar o sonho como metáfora da sessão, busco muito mais elementos para compreender a clínica psicanalítica do que um modelo que dê conta, de uma maneira total e definitiva, deste fenômeno inapreensível que é o encontro na sessão analítica: naquilo que a sessão e o sonho têm de diferentes encontramos a razão da inadequação deste modelo. A sessão constituída como um sonho revela, na verdade, a herança na técnica analítica atual de modelo hipnótico de tratamento, e a transferência é a atualização deste “resto hipnótico”. A re-vivência do afeto recalado que possibilita a catarse — método utilizado por Freud na pré-história psicanalítica — continua sendo ferramenta imprescindível do tratamento; a versão moderna desta ferramenta é a atualização transferencial. A questão que devemos esclarecer é justamente qual é a diferença entre a hipnose e a técnica “atual” — ou o que existe de novo nesta última —, e, dito de outra forma, o que diferencia a sessão do sonho.

Para discutir esta questão, levanto uma dificuldade clínica quanto ao manejo da transferência que chamarei de risco da transferência selvagem***, correlato ao risco do retorno ao modelo hipnótico. A transferência enquanto um sonho a dois pode se transformar, através de um movimento regressivo, em uma

espécie de fascínio mútuo fusional — um fascínio narcísico — tornando o sonhar junto um aprisionamento asfixiante, um pesadelo. Fédida propõe que a transferência seja compreendida como um fenômeno sinistro, pela sua potência psicótico-alucinatória; acrescenta que ela só adquire uma expressão sinistra quando se desenvolve selvagemmente — como no amor de transferência — “tornando o analista prisioneiro de seu objeto imaginário por fascinação em espelho pela sua própria imagem” (6e). Este sinistro vivenciado caracteriza-se pela “produção de um excesso” que provoca no

O sonhar junto, no caso de uma “transferência selvagem”, acaba por levar o analista a precipitar-se sobre sua imagem especular.

paciente uma “espécie de ‘embalo’ transferencial”; o hipnotizado volta-se contra o hipnotizador através de uma ameaça de morte que, como em uma ficção de terror, provoca a “asfixia do pensamento” e o “aniquilamento da linguagem” (6f). Entendo a transferência selvagem como a transformação da situação analítica em uma hipnose invertida: o sonhar junto leva, neste caso, o analista a precipitar-se sobre a sua imagem especular — como o mergulho de Narciso — e perder sua função própria analítica. Caímos em um impasse, pois que de um lado temos a regra fundamental com sua exigência radical de constituir o campo da comunicação inter-inconscientes — e a atenção flutuante coloca necessariamente o analista como implica-

do e co-participante do acontecer onírico —, e do outro lado o risco da transferência como fenômeno hipnótico/pesadelo. Como lidar com este aspecto selvagem da transferência, como enfrentar este impasse?

Ora, o risco da transferência selvagem está diretamente relacionado ao caráter regressivo da situação analítica. Mas, se o enquadre psicanalítico onirificante oferece um campo propício à transferência e à regressão, encontramos no próprio analisando — e por que não em todo o indivíduo — uma tendência regressiva que floresce neste terreno fértil. Ferenczi, em “Thalassa” — obra inquietante que inclino-me a ler também como mito — apresenta algumas hipóteses que auxiliam a pensar o problema. O coito e o sono são interpretados como expressões de um desejo de retorno à existência intra-uterina, uma nostalgia do paraíso perdido (e em um nível mais especulativo, um retorno a uma época da existência marinha da vida, uma tendência regressiva filogenética) (14). Na sessão analítica, podemos identificar na relação transferencial também a expressão deste desejo. Esta tendência primordial vai sendo, ao longo da evolução, repetidamente refreada em função das exigências da realidade, mas freqüentemente reaparece como um “retorno do reprimido”. Podemos pensar que o analisando busca, do fundo de sua alma, a realização deste feito, e encontrou agora o terreno fértil; não podemos deixar de supor que encontramos nestas forças uma grande parcela da energia responsável pelo caráter resistencial da transferência.

Pensar este caráter regressivo levando-se em conta os objetivos da análise enquanto tratamento conduz a um aparente paradoxo. Uma das metas — ou efeitos — comumente atribuída ao tratamento analítico é promover o crescimento psíquico da pessoa, crescimento entendido como discriminação em relação ao outro, independência relativa de pensamento e ação, libertação de fantasmas que a impelem a uma repetição contínua (fixando-a em pontos do passado, como que “patinando” no tempo). Haveria um choque, então, entre o objetivo progressivo

e o caráter regressivo da análise? O que parece acertado afirmar, quanto ao caráter regressivo, é que a própria situação analítica comporta — e isto varia em intensidade e qualidade em cada momento do processo — um “efeito de maternagem”; podemos então supor que a regressão e a transferência hipnótica realizam uma função de maternagem necessária para o crescimento psíquico. Agora, a questão técnica que se coloca — correlata a do manejo da transferência — é a do manejo destas forças regressivas e progressivas na análise. Em outro plano, esta questão pode ser recolocada em termos da relação entre os processos primário e secundário na sessão, da importância do sonhar junto e o risco da primarização paralizante, do lugar da interpretação e da perlaboração.

O problema da transferência selvagem, se visto sob outra ótica, deixa de constituir-se como um impasse. Podemos supor a existência de momentos hipnóticos durante o processo analítico, necessários e constitutivos de seu funcionamento próprio, e que são re-apropriados e re-significados pela atividade interpretativa e perlaborativa. Parece haver uma dinâmica especial de desequilíbrios e reequilíbrios na situação analítica — rupturas e reinstaurações; caberia, segundo Fédida, ao dispositivo contratransferencial a função de garantir esta dinâmica (6g). Esta maneira de apreender a dinâmica do acontecer analítico me parece, mais que tudo, rica por procurar dar conta do caráter paradoxal desta experiência. A função da regressão, da transferência e da “ilusão” hipnótica ganham um novo ímpeto quando consideradas não como desvios de um “fim analítico”, mas como momentos próprios do processo que expressam a natureza peculiar do inconsciente e do psiquismo humano.

A questão da relação entre transferência e hipnose nos conduz a três elementos a serem pensados: o narcisismo, a interpretação e a função do outro. A tendência narcísica — presente na situação analítica enquanto transferência selvagem — torna-se elemento universal de análise; deve ser vivida alucinatoriamente, sofrida na abstinência, com-

preendida e simbolizada pela interpretação e perlaboração. E mais: o próprio analista terá que lidar com seu narcisismo, viver a dor e a angústia, cuidar do seu desejo e do que poderíamos chamar de “contra transferência selvagem”. A interpretação — e a perlaboração do analisando — adquirem a função fundamental de promover crescimento psíquico. Na metáfora do triângulo edípico, elas agem como função paterna ao intervirem na relação dual-narcísica-fusional, dando, através da palavra, voz a uma relação muda.

A inadequação do modelo do sonho para compreendermos a sessão

O sonho
representa o
momento alucinatório
da sessão analítica,
onde o que
está adormecido
é o outro no seu
estranho lugar.

é justamente por subestimar a função do outro. O sonho representa o momento alucinatório da sessão analítica, onde o que está adormecido é o outro no seu estranho lugar. Este outro abstinente — que aceita ser suporte de uma transferência alucinatória, ser “montado” por um espírito alheio — está ausente enquanto adormecido pelo sonho do analisando ao mesmo tempo que participativo deste momento hipnótico; mas está também atento para não se tornar o cúmplice do desejo regressivo/mortificante ao se identificar com o ideal do eu do analisando — e talvez repouse aqui a diferença essencial com a técnica hipnótica —, atento para vir a ser presente através da interpretação que, no momento adequado, instaura a

presença de um outro pelo corte da relação fusional. O sonho não serve como modelo acabado para a sessão pois trata-se de uma experiência essencialmente individual. É uma atividade que se dá no estado de sono, onde ocorre — como aponta Freud — uma retração narcísica da libido: a pulsão sexual se dirige ao Eu (15). Na situação analítica existe um outro. Se este outro — ou esta situação — favorece a realização alucinatória de desejos regressivos-narcísicos, não deixa de existir este outro que entra em cena sempre que o terceiro é tolerável — e assim deve ser para que ele se torne tolerável. É uma estratégia fascinante esta da análise: ali onde o crescimento foi interrompido pela falência do equilíbrio entre prazer e realidade, introduzir-se no sonho do outro para refazer a sua própria história e sorrateiramente captar a energia da regressão/fixação paralisantes para rediretá-la para a progressão/movimento — ou, como na “Introdução ao Narcisismo”, ao objeto. Assim também pode ser interpretado o princípio de Freud de que o analista deve utilizar a energia da neurose, captando-a pelo manejo da transferência, e rediretá-la ao trabalho analítico (13d). A angústia da escuta é a dolorida espera de poder vir a ser um outro para o analisando, e para tanto é necessário uma boa dose de amor, renúncia e silêncio/espera, um tipo especial de amor que poderíamos chamar “amor de contratransferência”. Pois na relação analítica condensam-se tendências regressivas ao interior do corpo da mãe e tendências libidinais ao outro, em busca de um melhor desfecho para a história psíquica do indivíduo; trata-se de um processo onde está em jogo o aprendizado da articulação entre regressão e progressão, primário e secundário, narcisismo, auto-erotismo e investimento objetal. E, ao contrário do sonho, há um outro presente/ausente. ■

** É esta mensagem que Freud supõe que o pré-consciente dirige à consciência quando o sonho se torna angustiante e ameaça perturbar o sono (le); sábia percepção da natureza do psíquico, discernimento que se perde quando o funcionamento onipotente domina o pensamento. A percepção da transferência, durante o processo analítico, como um sonho, um “como se”, é uma conquista

fruto de um longo trabalho; os momentos em que prevalece esta percepção são privilegiados na medida em que o analisando sente-se seguro e confiante no enquadre, o que permite uma maior liberdade de jogar o jogo da transferência, e, portanto, realizar o trabalho analítico.

*** Empresto esta expressão de Fédida (6e).

Bibliografia

- (1) Freud, S. — “La interpretación de los sueños” (1898-9), Obras Completas — Ed. Biblioteca Nueva, Madrid, 1981. (1a) p.715; (1b)p. 676-8, 686-8; (1c) p.716; (1d)p.688; (1e)p.693; (1f) P.655 (nota adicionada em 1925).
- (2) Freud, S. — “Los recuerdos encubridores” (1899). OC-BN, p.341.
- (3) Freud, S. — “Los orígenes del psicoanálisis” (1887-1902), OC-BN, p.3578-9.
- (4) Laplanche, J. e Pontalis, J.B. — “Vocabulário de psicanálise”, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1985, p.548.
- (5) Laplanche, J. e Pontalis, J.B. — “Fantasía originaria, fantasía de los orígenes, origen de la fantasía” in: Laplanche, J. et. al. — “El inconsciente freudiano y el psicoanálisis francés contemporáneo”, Ed. Nueva Visión, Buenos Aires. (5a). p. 114-5, 120, 131, 138-41; (5b)p. 110; (5c) p.129-34.
- (6) Fédida, P. — “Clínica psicanalítica: estudos”, Ed. Escuta, São Paulo, 1988. (6a)p.80; (6b)p.25-6; (6c).77-8; (6d)p.78; (6e)p.91-93; (6f)p.82; (6g)p.71.
- (7) Freud, S. — “Recuerdo, repetición y elaboración” (1914), OC-BN, p.1686-7.
- (8) Gilliéron, E. — “As psicoterapias breves”, Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1986, p.45-7.
- (9) Alonso, S.L. — “Efeitos na clínica dos ideais instituídos”, Rev. Percurso, ano II-n.3, 1989, p.10.
- (10) Fédida, P. — “Introdução a uma metapsicologia da contratransferência”, Rev. Brasileira de psicanálise, vol.XX-n.4, 1986, p.614-6.
- (11) Freud, S. — “Los caminos de la terapia psicoanalítica” (1918), OC-BN, p.2457-9.
- (12) Freud, S. — “La iniciación del tratamiento” (1913), OC-BN, p.1669 (nota de rodapé).
- (13) Freud, S. — “Observaciones sobre el ‘amor de transferencia’ ” (1914), OC-BN. (13a)p.1693-4; (13b)p.1690; (13c)p.1693; (13d)p.1692.
- (14) Ferenczi, S. — “Thalassa: psicanálise das origens da vida sexual” (1914-23), Ed. Biblioteca Universal Popular, Rio de Janeiro, 1967, p.121-31.
- (15) Freud, S. — “Introducción al narcisismo” (1914), OC-BN, p.2022.